

## RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM OS PERIÓDICOS INTERNACIONAIS

**Joíla Rodrigues de Lima<sup>1</sup>**

1. Bolsista FAPESB, Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: joilarodriguez@hotmail.com.br

**Lílian Miranda Bastos Pacheco<sup>2</sup>**

2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: dlp.ba@terra.com.br

**PALAVRAS-CHAVE:** relações étnicorraciais, educação infantil, estado da arte.

### INTRODUÇÃO

A formação do povo brasileiro caracteriza-se por uma singular pluralidade racial e cultural sendo este produto de um processo histórico que reuniu, em momentos particulares, em um mesmo espaço geográfico, portugueses, índios e de diferentes etnias, espanhóis, holandeses, alemães, libaneses, árabes, japoneses, povos africanos escravizados de diversas partes da África. Esse agrupamento favoreceu o contato entre essas culturas, levando à construção de um país miscigenado.

No entanto a convivência de diferentes povos com aspectos culturais diversos e relações assimétricas de poder fez surgir desacordos e a formação de uma hierarquia de classes marcada pelo acúmulo de riquezas econômicas, prestígio social, raça e origem. Vale ressaltar que a formação inicial do povo brasileiro foi estabelecida a partir das concepções européias de segregação racial onde o homem branco era visto como superior em detrimento dos demais. Por isso, ações como a escravidão eram justificadas como sendo corretas e aceitáveis a partir da concepção de superioridade de uma raça sobre as outras. A este respeito Rosário (1999, p. 7) afirma que “[...] o negro era arrancado da sua comunidade, da sua família, dos seus valores, do seu espaço e jogado nos trabalhos forçados, para sustentar uma sociedade que ele não entendia que o desprezava e que se recusava a vê-lo como ser humano”.

Estima-se que em mais de três séculos, cerca de nove milhões e meio de escravos africanos escravizados tenham sido trazidos para o Brasil. Entretanto, o próprio modo como se processava o comércio de escravos fazia com que crianças também viessem para esta terra. Vendidos como um artigo no mercado. Os negros desempenhavam variadas atividades que iam desde o cultivo nas lavouras, criação de gado, trabalhos manuais até tarefas domésticas.

Com a estruturação da grande lavoura passando pelo processo de organização, o negro passou a ser visto como mão de obra necessária e indispensável para exercer o papel de força de trabalho compulsória para sustentar as necessidades do agro mercado que se encontrava em ascensão. Por isso, o tráfico negreiro consolidou-se como um negócio lucrativo para mercadores.

O regime escravagista de negros africanos no Brasil durou mais de três séculos. Fomos o último país a abolir a escravidão. Durante o regime escravagista, a dominação de escravos estendeu-se para além de negros africanos, atingindo também homens livres, como atesta a legislação educacional que proibia a educação escolar a ambos. Segundo Moacir (1939) mesmo com a ocorrência da reforma do ensino de 1837, os escravos e os negros africanos, ainda que livres e libertos não eram reconhecidos como cidadãos. Portanto, não tinham o direito de estudar, votar e ter propriedades.

Após a abolição a situação do negro no país não mudou muito visto que o Brasil não desenvolveu uma política específica de sustentabilidade econômica para integrar os negros recém libertos à sociedade, o que fortaleceu as bases de desigualdades sociais entre brancos e negros. Assim o negro recebeu a liberdade, mas a sua condição de vida permaneceu quase invariável.

Até aqui, foi feita uma abordagem geral da situação do negro no Brasil, para que se tornasse possível compreender porque existe em nosso país ainda hoje separação, diferenciação e inferiorização em relação ao mesmo. Estas acabam por afetar também a criança negra especificamente a de 0 a 6 anos, eixo central de nossa pesquisa, principalmente no que se refere a seu processo de constituição identitária e intelectual. Estes são pontos-chaves de nossa discussão neste trabalho, perpassando também pela formação e prática do professor em sala de aula.

A inclusão da temática das relações étnicorraciais na Educação Infantil se justifica pela possibilidade de suscitar possíveis reflexões a respeito da internalização dos valores sócio-culturais; bem como de causar possíveis mudanças na prática docente, que muitas vezes é omissa, também, por conta da má formação. Além disso, essa discussão possibilita aos professores em processo de formação, o direcionamento de um olhar diferenciado às questões concernentes ao negro no Brasil e abre oportunidades para conhecer, valorizar e incorporar a cultura africana ao ambiente escolar. Sem falar nos benefícios, para a criança negra, que podem surgir com o trato diferenciado dado a esta temática, em sala de aula.

Para a formação identitária da criança negra, é de suma importância que ela perceba a importância do negro nas relações sociais, assim como as suas contribuições para a construção do país. É importante que ela se veja representada e que perceba que o negro também é uma figura essencial na sociedade, que reivindica uma posição de destaque e respeito. Apesar de toda essa necessidade de representação da figura do negro para a construção identitária da criança, percebe-se que a realidade não contribui para tal. Como bem traz Cavaleiro (2003) existe um acervo de objetos, cores, significados para representar e valorizar a criança, a família, o profissional branco enquanto não há o mesmo para representar o negro.

Na educação, em especial na sala de aula, os estados alertam para a ausência do componente negro na escola. Fato que reflete na formação social da criança negra e principalmente no desconhecimento de sua história.

## **METODOLOGIA**

Para tratar deste assunto procedemos a um estudo do tipo estado da arte, analisando os artigos científicos publicados em periódicos ligados a programas de pós-graduação em Educação, do período de 1990 a 2003 (ano em que a pesquisa se iniciou).

O universo bibliográfico pesquisado foi delimitado pelos seguintes critérios – artigos científicos veiculados em periódicos científicos avaliados com conceito A, de circulação nacional pelo QUALIS–CAPES, na área da Educação, ano base 2003.

Os estudos selecionados reuniram os artigos científicos que discutem sobre o tema a partir dos descritores apresentados no título, resumo ou palavras-chave: Educação Infantil, creche, pré-escola, infância, criança, zero a seis anos, formação de professores e simultaneamente com qualquer um destes, relações étnicorraciais. A pesquisa buscou identificar e analisar as produções acadêmicas sobre a temática Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais a fim de fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema criança afro-descendente na escola, enfocando o aspecto do pré-conceito e da discriminação, sofridos por essas crianças, no espaço escolar, durante a Educação Infantil.

Para analisar os artigos os seguintes critérios foram considerados: datas de publicação; autoria e filiação institucional; objeto de estudo; enfoque teórico e metodológico.

Das nove fontes bibliográficas consultadas o tema aparece em todas as pesquisas, refletindo a sua relevância. Quanto ao recorte temporal, observa-se que os

anos de 1993 e 1999 apresentam a maior concentração das publicações, totalizando quatro produções ( 60% ) de incidências. As demais publicações ocorreram nos anos de 1990, 1991, 1992 e 1995.

A análise dos documentos mostra que os pesquisadores que trabalham com a temática relações étnicorraciais ou formação de professores, nos nove periódicos, totalizam 10 autores. Observa-se que somente uma autora, Rosemberg (1991 e 1999), publicou duas vezes em um mesmo periódico ( Cadernos de Pesquisa ).

Quanto a autoria múltipla, apenas um artigo se enquadra nesta categoria: Hasenbalg e Silva (1990).

Do total dos autores 60%, ou seja, seis pesquisadores são do sexo masculino e 40% do sexo feminino, ou seja, quatro destes são mulheres. Outro aspecto ponderado, na análise dos artigos, foi a profissão dos autores na época da publicação. Dos 10 autores, 90%, ou seja, nove deles eram professores e apenas 1 aluno da Pós-graduação. Na época em que o texto foi escrito o mesmo estava em processo de obtenção do grau de mestre no IUPERJ.

No que diz respeito ao vínculo institucional dos autores foi possível identificar nas informações contidas nos artigos que apenas três deles pertenciam ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Os demais pertenciam a Universidade de Campinas - UNICAMP; Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.

As frequências de publicações por tipos de instituições às quais os autores estavam vinculados na época da publicação são: duas de fundações, uma de instituição confessional e duas de instituições públicas. Ao analisar os artigos não foi encontrada nenhuma produção de instituição particular.

Quanto à localização geográfica das instituições que os autores estavam vinculados na época da publicação. Nota-se uma predominância das publicações na Região Sudeste, que sozinha apresenta quase que totalidade da produção 99% ( 8 ). Em contra partida, a Região Sul apresentou uma produção 1% ( 1), entre os artigos analisados para este trabalho. Não foi encontrado nenhum trabalho das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nos artigos analisados há dois estudos empíricos que analisam grupos específicos de crianças; crianças e seus pais; instituições; pais e professores. Outras sete pesquisas são bibliográficas, apresentando reflexões teóricas, conceitos ou concepções de adultos sobre a discriminação étnica e o preconceito racial vigente na sociedade.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

O aspecto racial ainda é um fator que determina as trajetórias educacionais das crianças em nosso país. Hasenbalg e Silva (1990) levantam uma crítica quanto a este aspecto ao mostrar que o Brasil age como se fosse um corpo social racialmente homogêneo ou igualitário, onde os acusados por serem os responsáveis pelos diferenciais de acesso à educação são sempre as desigualdades de classe e o status sócio econômico.

Rosemberg (1991) destaca que um vasto número de crianças, cerca de 39 %, que repetem a 1ª série do 1º grau, por causa dos baixos rendimentos obtidos durante as unidades do ano letivo, são negras. E estas por sua vez, com grande frequência estudam em escolas que possuem carga horária de aulas menor, em geral, localizadas na periferia, com um grande número de turmas para tornar possível o atendimento a toda clientela. Sendo configuradas ainda como instituições de pior qualidade e mal equipadas. Entre crianças brancas esse problema também se faz presente só que em menor intensidade. Em consonância quanto a este aspecto Pinto (1992) complementa

esse dado, destacando que o alunado negro se diferencia do branco não apenas no rendimento escolar, mas principalmente na má qualidade do ensino que é oferecido desde a inserção desta criança pequena na pré-escola. Essas características acabam estendendo suas raízes até o 1º grau, refletindo as lacunas da má instrução em forma de baixos rendimentos que levam a repetência.

Os baixos aproveitamentos não podem ser atribuídos apenas ao fator sócio econômico. De acordo com Rosemberg (1991, p.31) *“não é apenas a origem social do aluno que determina seu rendimento. Há um peso específico das condições escolares oferecidas aos alunos e que podem alterar significativamente o destino escolar da clientela de nível sócio econômico mais baixo”*.

É possível observar que o rendimento escolar entre uma criança branca ou negra pode ser alterado significativamente de acordo com o tipo de escola que se tem acesso, a qualidade do ensino e o tempo disponibilizado de atendimento as necessidades de aprendizado do educando. O tempo aqui abordado, não se refere apenas a quantidade de horas que a criança permanece na escola, mas a atenção que é prestada ao aluno e o acesso ao material didático ou paradidático. Visto que, esta interfere de forma considerável e direta no aproveitamento escolar do educando. Sobre este fato Valente (1995) alerta que a faixa etária atendida no pré-escolar é considerada por muitos pedagogos como sendo a fase na qual são construídas as bases do desenvolvimento físico e intelectual da criança que nortearão também a vida adulta. Assim, é vista como sendo uma etapa da vida, complexa e ao mesmo tempo delicada que tem na figura do professor um elemento marcante. Por esta razão é tão importante a atenção que este concede à criança pequena com quem atua.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A metodologia de pesquisa “Estado da Arte” permitiu uma visão global da produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais ou formação de professores na Educação Infantil.

Diante dos dados que foram obtidos conclui-se que crianças pretas, pardas e brancas, vivem percursos educacionais diferenciados, que são ora atribuídos ao pertencimento racial ora as condições sócio-econômicas. Assim, a escolarização dos pequeninos negros já sofre, desde o início, inferiorização quanto à dos brancos. Estes por sua vez, apresentam maior incidência de crianças sem atraso escolar e integrantes de escolas com melhor qualidade de ensino.

### **REFERÊNCIAS**

- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2003.
- HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle. **Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil**. Cadernos de pesquisa, nº 73, p. 5-12, maio de 1990.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Raça e Educação Inicial**. Cadernos de Pesquisa, nº. 77, maio de 1991, São Paulo.